

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos mais um volume da Revista Jurídica Unigran. Com periodicidade semestral regular e contínua, a revista atende às normativas do Qualis Capes e do Diretório do Sistema Latindex para publicações periódicas e está indexada aos repositórios Periódicos Capes, Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org), LexML, USP e aos repositórios de diferentes bibliotecas de Faculdades, Centros Universitários e Universidades do país, registrando sua contribuição na execução da sua missão institucional, que é promover o debate sobre temas importantes do Direito e da Sociedade, fomentar a pesquisa e contribuir para um ensino jurídico de qualidade.

Este número traz, inicialmente, a contribuição de Edson da Graça Francisco Macuáqua que versa sobre o Sistema de Revisão Constitucional em Moçambique. Em análise acurada, aborda o sistema de revisão de constitucionalidade naquele país, apresentando o conceito de Revisão Constitucional, a natureza do poder de revisão constitucional, o processo e procedimentos de revisão constitucional e os limites de revisão constitucional em Moçambique, assim como analisa a problemática da inconstitucionalidade em sede da revisão constitucional. O artigo retrata os avanços constitucionais e o seu processo de revisão constitucional, assinalando caminhos necessários para a consolidação da democracia multipartidária.

Na sequência, como artigos submetidos a avaliação por pares, foram selecionados dez artigos de autores cuja representatividade abrange, além do centro-oeste, as regiões sul, sudeste e nordeste.

Mariana Menna Barreto Azambuja, no âmbito do programa de pós-graduação stricto sensu da PUC-RS, apresenta o artigo “*Alternative dispute resolution: uma análise das formas alternativas de resolução de conflitos no sistema norte-americano*” no qual reflete sobre os meios alternativos de resolução de conflitos nos Estados Unidos e busca entender se naquele país tais medidas vêm dando resultados positivos às demandas judiciais da população.

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira, dentro da linha de pesquisa “Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais”, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Extensão e Responsabilidade Social, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, contribuíram com o artigo “Análise normativa da prática do *dumping* social” no qual realizam uma análise dogmática quanto à prática do *dumping* social como instrumento de prática de concorrência desleal, seja em relação ao mercado internacional ou interno, face a mácula dos primados mínimos do trabalho decente,

vindo-se a abordar os mecanismos utilizados no âmbito do comércio internacional para combatê-lo e da possibilidade ou não do reconhecimento *ex officio*, pelo magistrado do trabalho, do dano social pela prática do *dumping* social, na dimensão do sistema jurídico brasileiro.

Guilherme Aparecido da Silva Maia, com o artigo “A natureza jurídica das águas pluviais – uma questão controversa no ordenamento jurídico brasileiro” reflete sobre as principais questões legais e doutrinárias acerca das águas pluviais com vistas a demonstrar o equívoco da legislação atual na regulação do tema, assinalando que há uma lacuna no ordenamento jurídico, visto que ele não tem levado em consideração o ciclo hidrológico consistente de um sistema unificado do qual as águas evaporam e caem em forma de chuvas. Deste modo, como as águas das chuvas têm origem em um bem difuso (recursos hídricos), conseqüentemente, sua classificação tem que seguir o mesmo diapasão, ou seja, as águas pluviais compõem o conjunto de bem difuso, não podendo, portanto, ser privatizadas devido à sua natureza difusa, metaindividual e transindividual.

Diego Bianchi de Oliveira, no artigo “A responsabilidade civil na perspectiva civil-constitucional” retoma o foco da constitucionalização do Direito Privado, como um fenômeno a irradiar sobre todos os institutos do Direito Civil, e no estudo em tela, sobre as normas da responsabilização civil.

Marianna Loyola Franco e Erik Rodrigues da Silva, no artigo “Direito e literatura: leituras criminais interpretadas em “Os olhos dos mortos”, trazem uma análise jurídica e literária de uma obra moçambicana do autor Mía Couto, pontuando diferentes perspectivas jurídicas que podem ser extraídas do conto “Os olhos dos mortos” sem perder de vista a sua literariedade, com fulcro em estudos doutrinários da Literatura e do Direito.

Beatriz de Paula Ferreira da Silva e Taciana Mara Correa Maia, no artigo “Responsabilização tributária do sócio-gerente” trazem uma reflexão importante sobre a responsabilidade dos sócios, gerentes ou diretores, quando da dissolução irregular da pessoa jurídica, bem como apresentam casos passíveis de redirecionamento aos sócios com a conseqüente desconsideração da personalidade jurídica, assim como refletem sobre o prazo prescricional para arbitrar-se a prescrição para o redirecionamento da execução fiscal a corresponsáveis, com escopo principal no artigo 135 do Código Tributário Nacional e demais leis abrangentes.

Roberto Santos Junior, José Humberto Silva Filho e Cecílio Argolo Junior, no artigo “O processo de ensino no curso de formação de soldados na polícia militar de Alagoas atrelado à realidade da prestação dos serviços à comunidade” abordam tema sempre atual – o da formação/capacitação da polícia militar. A partir de uma investigação quantitativa, analisam se o conjunto de competências ensinadas no curso de formação de

praças, sejam elas competências cognitivas, atitudinais e operativas, estão em consonância com as competências exigidas para o atendimento eficaz das ocorrências. Pontuam, a partir dos dados, que a dinâmica das atividades desempenhadas pela Polícia se altera constantemente e que, para corrigir gradualmente essa dissonância se faz necessária uma (re)formulação das ementas que inclua conteúdos e disciplinas que aproxime a formação inicial do “*real fazer*” da Polícia Militar, com uma cultura organizacional que seja capaz de avaliar constantemente as suas atividades com a perspectiva de aprimorar, dentre outros fatores, o nível de formação de seus agentes.

Deyze Dayane Lima Ovando e Fabiana Corrêa Garcia Pereira de Oliveira, a partir de um enfoque processual, no artigo “O uso do negócio jurídico processual como modificação na cultura do litígio” analisam a importância do novo instituto introduzido pelo art. 190 do Código de Processo Civil de 2015, que confere às partes a faculdade de modificar e regular o procedimento, adequando-o ao caso concreto e convencionando sobre situações jurídicas processuais, adaptando o processo a realidade do caso específico.

Débora Maria Martins volta-se para os direitos de personalidade no artigo “Análise da lei geral de proteção de dados pessoais: avanços e retrocessos na perspectiva dos direitos de personalidade”. Diante da alteração social trazida pela ascensão da Internet, destaca a da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) e reflete sobre as inovações na perspectiva da Constituição Federal de 1988.

Patrícia da Silva Heleno e Marco Antônio Delfino de Almeida, no artigo “O poder investigatório criminal do Ministério Público: acordo de não persecução penal da resolução n. 181 de 2017 do CNMP” debatem a legitimidade do Ministério Público nas investigações criminais e sua atuação de maneira autônoma na celebração dos acordos de não persecução penal trazidos pela Resolução n. 181/2017 do CNMP, dentre outros poderes estabelecidos implicitamente pela Constituição Federal de 1988, e o fazem com supedâneo na Constituição Federal.

Wanderlei José dos Reis, doutorando em Ciências Jurídico-políticas pela Universidade de Lisboa, traz a análise do julgamento das ADCs n.º 43/DF, 44/DF e 54/DF, encerrado em 07.11.2019 sob o título “Princípio constitucional da presunção de inocência e a prisão em segunda instância: o STF e a estabilidade jurídica no país”. No texto, o autor reflete sobre o julgamento, no qual o STF firmou entendimento no sentido de que a execução antecipada de acórdão condenatório proferido em grau de apelação ofende o princípio da presunção de inocência, plasmado no art. 5º, inciso LVII, do Estatuto Maior, declarando, por consequência, a constitucionalidade do art. 283, CPP, que condiciona o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado do título condenatório, reformulando assim a sua jurisprudência deflagrada no julgamento do HC n.º 126.292/SP, ocorrido em 17.02.2016, pacificando, no âmbito jurídico, a discussão

quanto à possibilidade de prisão em segunda instância e restabelecendo a estabilidade e segurança jurídica no país.

Gustavo Azambuja da Rocha e Renato de Aguiar Lima Pereira, abordam tema recorrente, qual seja: “A (im)penhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação de imóvel urbano: acórdão do recurso extraordinário nº 605.709”. No estudo, analisam a questão da impenhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação de imóvel urbano diante da recente decisão de uma turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em caso de locação comercial, não autorizou a penhora, contrariando o entendimento já consolidado e buscam refletir sobre os limites ou não do direito fundamental à moradia.

Por fim, apresentamos uma resenha da obra “**A construção das ciências. Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências**” de Gérard Fourez, professor emérito da Universidade de Namur (Bélgica), falecido no ano de 2018, obra que traz importante reflexão sobre a ciência e seus códigos éticos, sobre o papel dos especialistas científicos sobre questões éticas, sobre o problema da normalidade da ciência, sobre a verdade.

As provocações são muitas e certamente motivarão os pesquisadores e estudiosos do Direito a continuarem os estudos e a refletir sobre as diferentes abordagens aqui retratadas, e com Fourez, podemos nos perguntar: “O que quer dizer fazer ciência?” Esperamos que estas provocações tragam novas pesquisas e a Revista Jurídica Unigran, dentro do seu escopo e missão, está aberta às novas contribuições.

Em tempo: um agradecimento especial aos membros do Conselho Editorial e Científico e aos nossos avaliadores “*ad hoc*” que de forma desprendida e diligente atendem a solicitação de avaliadores e dedicam parcela significativa de seu tempo na leitura atenta dos artigos e na construção dos pareceres, constituindo-se o suporte indispensável à regular publicação da Revista.

E finalmente, uma boa leitura!

Helder Baruffi
Editor